

Fé e Política: aspectos teológicos bíblicos-patristicos

Introdução

- Após o Concílio, o debate sobre a relação entre fé e política tornou-se central, seja do ponto de vista teórico-doutrinal como nas expressões concretas pastorais;
- A consciência eclesial hodierna está persuadida da relação estreita que liga a evangelização à promoção humana, a fé à política;
- Esta nova consciência traz consigo uma série de graves interrogações e de questões que precisam ainda serem estudadas e aprofundadas;
- Contudo, não podemos negar que hoje é possível traçar alguns pontos fundamentais de doutrina e de práxis pastoral que consentem uma nova presença dos cristãos nesse cenário.

Introdução

- Um dos sinais do nosso tempo é certamente a redescoberta da política e de sua centralidade na vida pessoal e comunitária;
- Temos a consciência de que a política é uma dimensão intrínseca da própria existência humana, da vida cotidiana;
- A importância da política nasce da própria natureza do ser humano e da sociedade, segundo a vontade de Deus criador (*GS* 74);
- Na *GS*, o Concílio confirmou de forma solene a estima da Igreja pela política (75);
- O serviço político, se vivido com desinteresse e caridade, é a maior arte, pois, através de uma política eficaz, retamente impostada, influenciaremos a existência da humanidade.

Introdução

- Contudo, a importância da política, ainda que sendo central e determinante, não deve ser absolutizada;
- Se “tudo é política”, no sentido de que ela engloba toda a existência humana, a política, porém, “não é tudo” para o ser humano;
- A política assume a tarefa de “coagulante social” enquanto serve de ponto de encontro às diversas atividades humanas e aos diversos sujeitos sociais num projeto comum para a realização do bem de todos;
- Mas a política não pode absorver todas as atividades e exigências do ser humano: ela nunca será capaz de realizar plenamente as aspirações do ser humano (é a arte do possível).

Fé, Cultura e Política

Fé, Cultura e Política

- Para termos uma noção clara da natureza da política e das suas implicações pastorais, é importante aprofundarmos o tipo de relação que intercorre entre fé, cultura e política;
- A fé é a adesão livre, com a qual o ser humano abandona-se a Deus, prestando pleno obséquio da inteligência e da vontade à sua Revelação (*DV* 5). Portanto, a fé é um dom sobrenatural de Deus, de origem gratuita e transcendente;
- A cultura é uma realidade de origem humana, imanente e de ordem natural (*GS* 53). Deriva do ser humano e se fundamenta em eventos mutáveis da história, do tempo e do espaço;
- A fé, portanto, não é cultura, nem pode ser “reduzida” à cultura.

Fé, Cultura e Política

- A cultura se enriquece ao encontrar-se com a fé, pois, a revelação contém uma mensagem de Deus ao ser humano e sobre o ser humano que diz respeito indiscriminadamente àqueles que creem ou não, independente do lugar e do tempo ao qual estão vinculados;
- É claro que a Palavra da fé para ser compreendida por todos e livremente acolhida deve tornar-se inteligível a todos mediante um processo de encarnação, de tradução da mensagem na diversas culturas (inculturação);
- Para que a mensagem de Deus não torne-se “muda” ou “incompreensível” é necessária a obra de inculturação, de encarnação da vida e da mensagem cristã numa concreta área cultural.

Fé, Cultura e Política

- A cultura que é o conjunto de valores e de comportamentos de um povo ou de um grupo não é abstrata;
- Ela traduz-se inevitavelmente nas instituições da convivência civil, nas estruturas da cidade e do Estado;
- Tal passagem acontece através da mediação política, que assume a importância de ser anel de junção entre “País real” e “País legal”, entre projeto e sua realização, entre valores e ideais das pessoas e programas dos partidos e grupos políticos;
- Se a política se corrompe, o anel se quebra, as ideias e os valores tornam-se utopia e a prática política torna-se busca pelo poder, clientelismo, guerra entre concorrentes, fonte de escândalos.

Fé, Cultura e Política

- Portanto, se é necessário distinguir a fé, a cultura e a política, todavia, não é possível separá-las;
- Existe um nexos, uma “coerência” entre elas que pode ser assim expressa:
- A fé ilumina a cultura, o discurso sobre o ser humano e sobre a história; por sua vez, a antropologia inspirada pela fé torna-se a “alma” de uma práxis política coerente com os valores da fé;
- Por isso, a única condição necessária e suficiente que se requer ao empenho político é a “coerência” das suas opções com os valores da fé e de uma antropologia iluminada por esses valores;
- Voltar à Escritura nos ajuda a analisar alguns desses valores da fé.

Fé e Política: aspectos veterotestamentários

Deus, o salvador

- A experiência do Êxodo dá a este tema uma coloração particular (*Ex 20,1; Dt 5,6*);
- O Povo se encontra em fase crítica e Deus apresenta-se como libertador, enviando um chefe humano (Moisés) que conduz à vitória, à experiência da “salvação de Deus” (*Ex 3,7-22*). Deus salva resgatando e libertando (*Ex 14,13*);
- Um outro exemplo clássico é o cerco de Jerusalém por Senaquerib, rei da Assíria que desafia YHWH a salvar Israel (*2Rs 18,30-35*). Isaías promete a salvação (*2Rs 19,34; 20,6*). E de fato Deus salva seu povo (*2Rs 19,35-37*);
- O Primeiro Testamento assinala múltiplas experiências desse gênero. Deus salvou Davi (deu-lhe a vitória) em toda parte aonde ele ia (*2Sm 8*).

Deus, o salvador

- Por meio de Davi, Deus salvou seu Povo da mão dos inimigos (2Sm 3,18), como já havia feito por meio de Saul (1Sm 11,13), de Samuel (1Sm 7,8), de Sansão (Jz 13,5), de Gedeão (Jz 6,14), dos demais juízes (Jz 2,16-18);
- Remontando ao passado anterior vemos Deus salvar os filhos de Jacó por intermédio de José (Gn 45,5);
- Como Salvador, Deus põe fim à escravidão social dos fracos e a experiência do Êxodo torna-se tipo de todas as outras (Ex 13,3);
- O instrumento dessa libertação é um mediador político consciente de sua fraqueza (Ex 4,10-13; Nm 12,3), de quem Deus faz um profeta sem igual (Dt 34,10-12).

Deus, o salvador

- Os caminhos do Senhor continuam os mesmos ao longo da história;
- Para realizar seus desígnios, Deus suscita os poderosos políticos deste mundo;
- Quando desejar “castigar” seu povo pelo exílio, Nabucodonosor é seu servo (*Jr 25,9*);
- Quando a provação está terminada, Ciro recebe de Deus seu poder universal para ordenar o retorno a Sião (*Is 44,28-45,4*).

Uma Fé solidária

- Israel compreende que Deus está engajado em sua história e em troca exige que obedeça à sua Palavra;
- Ouvir a YHWH manifesta-se concretamente na atenção:
 - 1) aos pobres;
 - 2) aos estrangeiros;
 - 3) e às viúvas e órfãos;
- Como veremos a seguir:

Os pobres

- Os pobres têm no Primeiro Testamento um lugar considerável;
- Longe de considerar espontaneamente a pobreza como um ideal espiritual, Israel nela via antes uma infelicidade a suportar, e mesmo um estado desprezível, na medida em que uma concepção muito tempo imperfeita da retribuição divina via as riquezas materiais como uma recompensa certa da fidelidade a Deus (*Sl* 1,3; 112,1-3);
- Contudo, um outro fator impõe-se com não menor evidência: muitos pobres são antes de tudo vítimas da sorte ou da cobiça dos seres humanos, como o proletariado rural cuja atroz aflição *Jó* descreve (24,2-12);
- Esses deserdados encontram sua defesa nos *profetas*.

Os pobres

- Amós “ruge” contra os crimes de Israel (2,6-16; 4,1; 5,11);
- Os profetas como porta-vozes de YWHW denunciam sem tréguas “a violência e o banditismo” (*Ez* 22,39) que mancha o país, fraudes despudoradas no comércio (*Am* 8,5-6; *Os* 12,8), açambarcamento das terras (*Mq* 2,2; *Is* 5,8), escravização dos pequenos (*Jr* 34,8-22), abusos de poder e perversão da própria justiça (*Am* 5,7; *Is* 10,1-2; *Jr* 22,13-17);
- Será uma das tarefas do Messias defender os direitos dos miseráveis e dos pobres (*Is* 11,4; *Sl* 72,2-13);
- Os *profetas* estavam em coincidência com a *Lei* (*Ex* 20,15-17; 22,21-26; 23,6). O *Dt* prescreve todo um conjunto de atitudes caritativas e de medidas sociais para atenuar o sofrimento dos indigentes (15,1-15; 24,10-15; 26,12).

Os pobres

- Por fim, os *sábios* não deixam também de lembrar os direitos sagrados do pobre (*Pr* 14,21; 17,5; 19,17), cujo defensor é o Senhor poderoso (*Pr* 22,22-23; 23,10-11);
- A esmola é um elemento essencial da verdadeira piedade bíblica (*Tb* 4,7-11; *Eclo* 3,30-4,6).

Os estrangeiros

- Entre os estrangeiros, distingue o Primeiro Testamento cuidadosamente os que pertencem às outras nações e que, até o Novo Testamento, ordinariamente são **inimigos**; os de **passagem** (*nokri*); e o **residente** (*ger*) que não é um autóctone, mas cuja existência está mais ou menos associada à gente do país. A esses últimos aplica-se a fé solidária;
- A progressiva assimilação dos *gerim* por Israel muito contribuiu para quebrar o círculo racial em que ele estava espontaneamente inclinado a se fechar;
- Lembrando-se de que um dia foi estrangeiro no Egito (*Ex* 22,20; 23,9), Israel não deve se contentar em exercer a hospitalidade que concede aos *nokrim* (*Gn* 18,2-9; *Jz* 19,20).

Os estrangeiros

- Os *gerim* devem ser amados como Israel ama a si mesmo (*Lv* 19,34), pois Deus vela o estrangeiro (*Dt* 10,18) assim como estende a sua proteção sobre os indigentes e pobres (*Lv* 19,10; 23,22);
- Estabelece um estatuto jurídico para os *gerim* análogo ao seu próprio (*Dt* 1,16; *Lv* 20,2): autoriza mais especialmente os circuncisos a participarem da Páscoa (*Ex* 12,48-49), a observarem o sábado (*Ex* 20,10), a jejuarem no dia da Expição (*Lv* 16,29), e a não blasfemar (*Lv* 24,16);
- Sua assimilação é tanta, que no Israel do fim dos tempos, Ezequiel lhe dá o país em partilha juntamente com os cidadãos de nascimento (*Ez* 47,22).

As viúvas e os órfãos

- As viúvas e os órfãos representam um caso típico de infelicidade (*Br* 4,12-16; *Is* 47,9);
- São grupos que perderam a esperança e estão sem defesa;
- Assim como aos estrangeiros, as viúvas e os órfãos são objeto duma proteção especial por parte da *Lei* (*Ex* 22,20-23; *Dt* 14,28-29; 24,17-22) e de Deus (*Dt* 10,17-18) que ouve o lamento delas e deles (*Eclo* 35,14-15), se faz seu defensor e seu vingador (*Sl* 94,6-10);
- Elias devolve a uma viúva o seu filho único (*1Rs* 17,17-24);
- Ai dos que abusam da sua fraqueza (*Is* 10,2).

Fé e Política: aspectos neotestamentários

Jesus e os grupos político-religiosos

- Jesus não fazia parte de nenhum dos partidos religioso-políticos (saduceus, fariseus, zelotes, essênios) e de nenhum círculo esotérico (apocalíptico);
- Optou pela vida fora dos partidos, mas dentro da sociedade judaica, assolada por crises e movida por grandes esperanças, para poder abordar a todos de igual maneira;
- Se distanciou dos supremos *detentores do poder* religioso e político, que não criavam um clima de confiança, liberdade e espera de Deus e que poderiam ter corrompido sua missão;
- Estabeleceu, contudo, múltiplas relações com o povo *simples*, em grande parte explorado e empobrecido. Sua solidariedade se destinava aos últimos e marginalizados (*Mt 11,19*).

Jesus e os grupos político-religiosos

- Uma revolução reside em sua relação com as *mulheres*: rompeu com o androcentrismo, suspendendo as discriminações que pesavam sobre a existência delas e acolheu-as entre seus seguidores (*Mc 15,40-41; Lc 8,1-3*);
- Não foi um revolucionário e pretendente a Messias *zelote* (movimento de insurreição contra o domínio romano surgido aproximadamente em 6 aC nas proximidades de Nazaré);
- Mas defendia os explorados e criticava os poderosos, mas divergia dos zelotes em pontos essenciais: ao fanatismo militante e à violência, Jesus contrapôs a avaliação sóbria da situação (*Lc 14,25-33; Mc 12,13-17*), renúncia à violência e amor ao inimigo (*Mt 5,38-45*).

Jesus e o Reino de Deus

- Para Jesus, o Reino de Deus é uma grandeza escatológica *futura*: ele ainda não chegou (*Mt 8,11; Mc 14,25*) e deve-se pedir por sua vinda (*Lc 11,2*);
- Ainda assim, o senhorio de Deus não vem apenas num futuro distante ou próximo, mas já está *presente* na atividade taumatúrgica do próprio Jesus (*Lc 11,20; Mt 12,28*);
- Deus está decidido a salvar e vem para romper o poder do mal. Jesus é o instrumento dessa ação divina na terra (*Lc 11,20; Mc 3,22-27*);
- Por isso, proclama que Deus começou a exercer seu senhorio e cura doentes para sanar a criação desfigurada e oprimida, e restaurar o *mundo presente como espaço do governo solícito e da proximidade de Deus* (*Mt 6,25-34*).

Jesus e a Cruz

- Com sua mensagem e com seu comportamento Jesus entrou em conflito com os grupos dominantes de seu povo;
- Sua comunhão com pessoas dignas de desprezo e sua transgressão de prescrições vigentes tiveram efeitos escandalosos;
- O escândalo decisivo provocado por Jesus, entretanto, consistia na pretensão de agir em nome e no lugar de Deus;
- O conflito se agravou quando Jesus foi da Galiléia para Jerusalém e passou a lidar diretamente com os saduceus e sacerdotes superiores que lá dominavam (*Mc 14,1-2*);
- Eles encaravam Jesus como perigo para a ordem cúltico-política e iniciaram um processo contra ele de razões religioso-políticas (*Mc 14,56-61*).

Jesus e a Cruz

- Entretanto, visto que uma acusação religiosa dificilmente tinha perspectivas de êxito junto ao governador romano, Jesus deve ter sido entregue a Pilatos com a acusação de pretenso Messias, sedutor do povo e perturbador da ordem pública;
- Numa situação de repetidos levantes de revoltosos zelotes (*Mc 15,7*) e, sobretudo, na época da festa da Páscoa, na qual frequentemente reinavam uma atmosfera de tensão escatológica e apreensão entre as tropas militares, os romanos podiam temer que a atuação de Jesus, em Jerusalém, causasse uma revolta (*Mc 14,1-2*);
- Por isso, Jesus não sofreu a pena judaica prevista para casos de blasfêmia (apedrejamento), mas foi crucificado.

Jesus e a Cruz

- Condenado à morte por Pilatos, comparado com Barrabás (*Mc 15,6-15*), como “rei dos judeus” (*Mc 15,26*) e ao lado de outros rebeldes (*Mc 15,27*), foi executado pelos romanos como pretendente a Messias político (o que não era um delito para o direito judaico);
- A forma de execução romano da crucificação se destinava a escravos e sediciosos. Considerada a pena de morte mais cruel e vergonhosa;
- O direito penal judaico conhecia o “pendurar no madeiro” como pena adicional para idólatras ou blasfemos *após* a morte por apedrejamento ou decapitação (*Dt 21,22-23*);
- A pessoa executada era tachada publicamente como amaldiçoada por Deus (*Dt 21,23b*).

Jesus e a Cruz

- Contrariando seu verdadeiro sentido, esta prática foi relacionada à execução da crucificação, já no judaísmo pré-cristão;
- Assim um crucificado podia ser tido ao mesmo tempo como amaldiçoado por Deus e subversivo político;
- A morte na cruz de Jesus tornou-se, assim, uma pergunta em aberto. Se havia uma resposta para ela, só o próprio Deus podia dá-la e que deveria ser acolhida pela fé na Ressurreição de Jesus crucificado por parte de Deus.

Fé Pascal e Política

- A fé na Ressurreição deu à comunidade cristã um “estilo” evangélico de viver o exercício do poder como serviço;
- O poder é um componente essencial da política, todavia, para a comunidade cristã primitiva a lei magna torna-se o exemplo e o ensinamento explícito do Senhor (*Lc 22,24-26*);
- Viver a política como serviço significa para eles dar a precedência ao bem comum e aos interesses gerais, sem ceder a interesses pessoais ou corporativos, ainda que isto leve ao sacrifício;
- Exercitar o poder na perspectiva pascal significa construir uma sociedade no amor e na solidariedade, privilegiando as classes mais pobres e marginalizadas, convivendo com seus problemas, lutas e esperanças (*At 2,42-47*).

Fé Pascal e Política

- A comunidade primitiva desenvolve uma “espiritualidade política” que se exprime no espírito de discernimento, necessário para que ela não caia no estéril pragmatismo;
- A comunidade primitiva desenvolve uma mentalidade nova: “não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito” (*Rm* 12,2).

Fé e Política: visão patrística

Clemente Romano

- O que justifica o proceder dos cristãos é a caridade e a justiça (*Aos coríntios*, 32);
- Respeito aos chefes e às hierarquias (*Aos coríntios*, 37);
- Serviço mútuo (*Aos coríntios*, 38);
- Cada qual agrade em seu posto. Interessante o uso, pela primeira vez, do termo *laikós* (*Aos coríntios*, 40-41);
- Apresenta uma primeira estruturação comunitária cristã;
- Na história da semântica, 2 polaridades: a) membro do povo (*laós*), pertence a uma comunidade já bem hierarquizada; b) pessoas “profanas”.
- Em Clemente, a primeira polaridade parece dominante, estamos diante de uma Igreja consciente do sacerdócio real dos fiéis.

Inácio de Antioquia

- Nele vemos como a fé cristã patrística assumiu como centro de suas preocupações ocupar-se dos pobres, pois constituem a lembrança mais viva do Senhor, que sofreu e curou os que sofrem;
- É muito característica a sua exortação à Policarpo (*Pol* 4, 1);
- À comunidade de Policarpo, ele dirá qual deve ser a nota a distingui-los (*Esm.* 6, 2);
- Existe em seu pensamento toda uma preocupação com a promoção humana, só será “humano” aquele que chega a receber a luz pura, isto é, aquele que chega até Deus através de suas obras de caridade (*Rom.* 6, 2);
- Duas regras áureas devem ser lembradas:
- 1) “promove a todos como o Senhor te promoveu” (*Pol* 1, 2).

Inácio de Antioquia

- Logo, se Deus nos “elevou” na existência, teremos que “elevar” a todos que de nós dependem, pois o dom de Deus não termina na pessoa, mas se canaliza através da pessoa até aqueles que dependem dela;
- 2) “nem toda ferida se cura com o mesmo emplastro. Crises violentas acalmam-se com compressas úmidas” (*Pol 2, 1*);
- Grande respeito à pessoa humana, às suas necessidades e suas potencialidades. À base deste princípio, a assistência jamais se transformará em assistencialismo e a promoção humana encontra abertas as veredas para a ação mais profícua e duradoura.

Conclusão

- O cristão político deverá excluir da própria vida o recurso a métodos mesquinhos e imorais de comportamento, de administração, de luta política;
- Deverá inspirar o próprio serviço aos valores fundamentais do ser humano e da convivência civil
- Uma espiritualidade política promove a co-divisão e a encarnação, que transforma e renova, que dialoga, que empenha “a cooperar com todos os homens de boa vontade, para promoverem tudo que for verdadeiro, tudo que for justo, tudo que for santo, tudo que for amável” (AA 14);
- A inspiração cristã não é um muro divisório, nem de contraposição ideológica, mas abre ao horizonte de colaboração, principalmente dos mais pobres.

Conclusão

- Uma espiritualidade que torna o cristão “sal da terra” e “luz do mundo” num dos campos mais árduos e ao mesmo tempo mais fecundos do testemunho evangélico: a política.